

● SEM PERÍCIA

Uma espera sem fim

Falta de insumos e de mão de obra trava identificação de ossadas e desaparecidos

● MARIA LUISA DE MELO

Fundamental para a elucidação de crimes sexuais e identificação de restos mortais de desaparecidos, o exame de DNA realizado pelo Instituto de Pesquisa e Perícias em Genética Forense (IPPGF), da Polícia Civil, sempre foi um grande aliado das investigações. Só este ano, mais de 30 ossadas foram encontradas em cemitérios clandestinos mantidos por grupos de milicianos. A maioria, extremamente degradada, só poderá ter sua identificação feita por perícia genética. O problema é que, diante da falta de reagentes e de mão de obra, alguns exames têm demorado até 1 ano e meio.

É o caso de um laudo requisitado em fevereiro de 2018 pela Delegacia de Descoberta de Paraleiro (DDPA). Segundo agentes da especializada, o exame só foi concluído em agosto deste ano. Ou seja, um ano e meio de espera. Mas este não é um caso isolado. “Acontece muito”, aponta uma agente responsável por protocolar o recebimento desses exames em uma delegacia especializada.

Com a filha Patrícia Conceição Santos de Barros desaparecida em Campo Grande, na Zona Oeste, em 2014, dona Maria da Conceição Santos teve que aguardar dez meses para descobrir se um corpo encontrado carbonizado em 2017 era o da jovem. Patrícia foi morta pelo próprio marido, um ex-policia militar. Mesmo com os restos mortais disponíveis no Instituto Médico Legal e a família à disposição para coleta de DNA, a demora foi inevitável. O pedido do exame da DDPA foi emitido em agosto de 2017, mas o laudo, liberado apenas em junho do ano passado, permitindo o sepultamento da vítima.



Máquinas de R\$ 1 milhão não podem ser usadas

• Na direção do IPPGF há 10 anos, o perito Rodrigo Grazinolli explica que o fornecimento de reagentes necessários aos exames nem sempre foi contínuo e só há quatro peritos disponíveis para atender à demanda de 40 pedidos por mês. Cada pedido pode se desdobrar em diversos exames, já que o material genético de um familiar pode ser confrontado com o de diversos corpos até que se identifique se

pertence à pessoa desaparecida. “Precisamos de aporte contínuo de reagentes. Mas é complicado. De 2015 a 2018, os reagentes faltaram”, relata. “Os problemas nesse período geraram grande atraso. Em 2018, ainda estávamos pagando pelo que sofremos por três anos. Os laudos que estão atrasados são os que deveriam ter sido feitos em 2018”, disse.

Com apenas quatro peritos, o trabalho para fazer cada exame de DNA leva cerca de 48 horas.

O tempo de cada análise poderia ser reduzido para duas horas, caso duas máquinas compradas em março, por R\$ 1 milhão, pudessem ser usadas. “Adquirimos equipamentos que vão permitir uma automação do exame. Isso trará celeridade aos resultados. Um deles, a plataforma de automação, acho que só nós temos no Brasil. Mas para essas máquinas funcionarem a gente ainda está à espera de reagentes”, explicou Rodrigo Grazinolli.



NÚMEROS

40.622 - Número de cadáveres e ossadas encontrados este ano no Estado do Rio de Janeiro

480 - Média anual do número de pedidos de exames de DNA recebidos pelo IPPGF

70% - O maior percentual dos exames requisitados é para identificar cadáveres